



OFICINAS PEDAGÓGICAS: EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

CABRAL, Bochnia Ana Cristina¹
bochniacabral@hotmail.com
SILVEIRA, Joicemara Severo²
joice.ssilveira@hotmail.com.br

RESUMO

O intuito deste trabalho é relatar experiências, no decorrer dos anos de 2013 a junho de 2017, adquiridas com a participação no Programa Institucional de Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais – PEE da Unioeste/ Campus Toledo. As oficinas ofertadas tinham como proposta difundir teorias sobre o contexto da Educação Especial. Para tanto, a equipe de organização seguia detalhadamente os trâmites acadêmicos, sendo: elaboração do projeto de extensão, seleção do público envolvido, planejamento das oficinas, embasamento teórico, realização das atividades, elaboração de relatório de resultados. No decorrer dos 4 anos apresentados foram ofertadas 31 oficina distribuídas entre 3 projetos de extensão atendendo um público de aproximadamente 745 pessoas entre: comunidade acadêmica (alunos de licenciatura, professores e funcionários) e comunidade externa (alunos dos 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, alunos do curso de formação docente do Ensino Médio, e demais interessados). O número ascendente de participação nas oficinas propostas evidenciou o fortalecimento da extensão universitária e possíveis resultados com a difusão dos conhecimentos acerca da Educação Especial, bem como mudança de paradigmas pré-estabelecidos sobre incapacidades das pessoas com deficiência, para uma visão de ampliação de acessibilidade social/educacional e conhecimento da igualdade de direitos entre todos os cidadãos.

Palavras-chave: Educação Especial. Oficina Pedagógica. Acessibilidade

¹ Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/*Campus* Toledo), Graduada em Ciências Sociais (UNIOESTE/*Campus* Toledo), Membro do Programa Institucional Relativo às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE/*Campus* Toledo), e-mail: bochniacabral@hotmail.com.

² Especialista em Libras (Facinter).; Especialista em Educação (Faculdade Dom Bosco); Agente Universitário (UNIOESTE/*Campus* Toledo), Graduada em Pedagogia (UFMS), Graduada em Letras/Libras (Faculdade Eficaz), Membro do Programa Institucional Relativo às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE/*Campus* Toledo), e-mail: joice.ssilveira@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

O contexto histórico da Educação Especial é um processo a ser pensado coletivamente com a Inclusão Social, por isso deve acontecer com o envolvimento e participação ativa da sociedade, sendo essencial um contínuo investimento na formação e capacitação profissional; bem como oportunizar momentos de interação das pessoas que desconhecem a deficiência e veem nela uma barreira para a ação social.

Partindo deste princípio, os projetos realizados tiveram como proposta oferecer ações de apoio que contribuíssem significativamente com este processo de inclusão escolar e social, logo as oficinas constituíram-se de um espaço de reflexão e discussão sobre as necessidades específicas para o desenvolvimento das pessoas levando em consideração suas características e particularidades, possibilitando um espaço de troca de conhecimentos, experiências individuais e coletivas, valorizando desta forma a vivência pessoal e profissional dos envolvidos.

A metodologia desenvolvida, com base na pedagogia de projetos, teve como premissa ampliar conhecimentos sobre a Educação Especial desmistificando conceito pré-estabelecidos e ampliando os debates para que o processo de inclusão torne-se mais natural e menos estigmatizado, para tanto buscou-se explorar temáticas diversificadas para sistematizar os conceitos e princípios que norteassem teoricamente todo o processo e intervenção realizada; bem como propostas de dinâmicas que orientassem o contexto educacional e social como forma de efetivação da acessibilidade.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO METODOLÓGICA

As leis educacionais no Brasil sempre dedicaram capítulos à educação de estudantes com deficiência, uma delas que tornou-se pioneira das lutas de inclusão é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 4.024/61, que veio para garantir o direitos dos “alunos excepcionais” à educação. Posteriormente, a Constituição Brasileira de 1988, em seu Capítulo III, que se refere à Educação, da



Cultura e do Desporto, Artigo 205 afirma que : “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família”. Logo em seguida, em seu Artigo 208, prevê: “ o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394 de 20/12/96, destina o Capítulo V essencialmente à educação especial, no Art. 58º define como uma “modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos que apresentam necessidades especiais”.

O Artigo 59 da nova LDB prevê as garantias didáticas diversificadas, como metodologias, currículos, estratégias, técnicas além de recursos educativos; tendo assim, um indicativo específico para os estudantes que não conseguem alcançar o grau exigido para o término do ensino fundamental, por conta da deficiência.

As atuais políticas de Educação Inclusiva são resultantes de lutas e conquistas que permearam anos de segregação e exclusão social. Diante deste contexto a acessibilidade seja ela: física ou arquitetônica, comunicacional ou atitudinal são direitos garantidos para o processo de inclusão social e educacional.

Em um enfoque mais específico do contexto educacional a nível superior é indispensável fomentar discussões e reflexões sobre o acesso e a permanência desses nos três segmentos acadêmicos: ensino, pesquisa e extensão.

Para a autora Aranha (2000, p. 22) “Assim, proliferou a idéia de que, independentemente do tipo de deficiência que a pessoa apresenta, bem como do grau de seu comprometimento, esta tem o direito imediato de viver e de trabalhar no espaço comum da vida em sociedade.”.

Desta forma, o interesse no desenvolvimento de oficinas pedagógicas que propiciassem momentos de debates ao público participante surgiu a partir do envolvimento das autoras com o Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais/ PEE – Campus Toledo, vinculado a Universidade do Oeste do Paraná – Unioeste.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE mediante a resolução Nº 323/97-CEPE, aprovou o programa de extensão PEE em seu art. 1º sendo “um



programa permanente, multicampi, que tem por finalidade garantir o acesso de acadêmicos e servidores com necessidades educacionais especiais às instâncias de ensino, pesquisa, extensão e administração” (CEPE, 97)

A aprovação do programa como forma de manter a tríade: ensino, pesquisa e extensão, base do ensino superior, os projetos de extensão propostos pela equipe de trabalho da Unioeste/ Campus /Toledo vem contemplar os objetivos descritos na resolução:

Art 4º II –propor e acompanhar ações de eliminação de barreiras atitudinais, de comunicação e arquitetônicas, possibilitando o acesso a todos os espaços da Universidade, conforme a legislação vigente.
(...) VI –promover e participar de estudos e debates sobre Educação Especial;

Para fortalecimento da extensão universitária e aproximação da comunidade acadêmica e comunidade externa iniciou-se uma proposta de trabalho de oficinas pedagógicas como objetivo de difundir teorias sobre a educação especial e proporcionar momentos de reflexões sobre contextos educacionais e sociais envolvendo subtemas como: acessibilidade, inclusão ou segregação, diversidade, preconceito e exclusão, igualdade de direitos, entre outros.

As organizações das oficinas tinham intenção de contemplar o que esta disposto na lei federal nº 10.098/2000, sobre acessibilidade que em seu artigo 24º descreve que “O Poder Público promoverá campanhas informativas e educativas dirigidas à população em geral, com a finalidade de conscientizá-la e sensibilizá-la quanto à acessibilidade e à integração social da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.”.

Desta forma, todas as oficinas prestadas vinculavam-se a algum projeto de extensão elaborado pela equipe de trabalho e registrado na Pró-Reitoria de Extensão da Unioeste.

No que refere-se à metodologia de projetos entende-se que “o trabalho com projetos traz uma nova perspectiva para entendermos o processo de ensino-aprendizagem. Aprender deixa de ser um simples ato de memorização e ensinar não significa mais passar conteúdos prontos” (ROMUALDO, *apud* CARVALHO, 2003, p.195).



Além disso, a pedagogia de projetos contribui com uma ação interdisciplinar uma vez que os conteúdos são trabalhados de forma unificada ao invés de fragmentados em disciplinas, pois

a tônica é o trabalho de integração das diferentes áreas do conhecimento, um real trabalho de cooperação e troca, aberto ao diálogo e ao planejamento. As diferentes disciplinas não aparecem de forma fragmentada e compartimentada, pois a problemática em questão conduzirá à unificação (NOGUEIRA, 2002, p. 142).

Logo, todas as oficinas ministradas foram organizadas por uma parte expositiva de cunho teórico intercalada com dinâmicas que proporcionavam aos participantes uma intervenção ao tema exposto como forma de provocar a ação/reflexão e não o envolvimento como expectadores do processo.

O público participou de momentos de práxis educativa em que seus conhecimentos prévios eram expostos, debatidos e muitas vezes questionados para propiciar uma mudança de “pré-conceitos” já elaborados por conta do desconhecimento de temas que envolviam a Educação Especial. Esta metodologia de trabalho permitia uma ação ativa entre os ministrantes da oficina e os participantes o que efetiva a proposta de Romualdo (*apud* CARVALHO, 2003, p. 204) ressaltando que “(...) a Pedagogia de Projetos é um caminho para transformar o espaço escolar em um meio estruturante, aberto à construção de aprendizagens significativas para todos que dela participam”.

Tais exemplos abordados foram demonstrados nas oficinas vinculadas ao projeto de extensão “Sentindo na pele” que tinha como proposta vivências de uma pessoa cadeirante, ou de uma pessoa cega ou uma pessoa surda. Ao proporem-se tais vivências percebeu-se o medo incutido nas ações dos participantes, sendo estes medos relatados pelos próprios, como: medo do erro, medo da própria deficiência ou de utilização dos recursos de acessibilidade utilizados como: bengala ou a cadeira de rodas.

A autora Aranha (2000, p. 22) aborda que “o contexto social precisa se modificar, e promover as adaptações que se mostrarem necessárias para responder ao conjunto de necessidades especiais apresentadas por essas pessoas”. Logo no



momento em que os participantes da oficina eram convidados a experimentação sentiam a real necessidade da acessibilidade e adaptações sociais.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A proposta de oficinas iniciou-se no ano de 2013 com uma proposta piloto do projeto de Extensão “Jogos didáticos adaptados: Uma porta aberta para a inclusão” na ocasião a equipe ministrou 6 oficinas com enfoque na confecção e orientação de materiais pedagógicos adaptados. Tendo o resultado de 30 jogos confeccionados em e o envolvimento de 32 pessoas entre docentes e acadêmicos do curso de pedagogia da Faculdade Sul Brasil – Fasul.

O projeto de extensão “Sentindo na pele” realizado de Julho a outubro 2014 e em maio de 2016 realizou 12 oficinas com duração de 3 horas/atividade. As oficinas apresentadas propiciaram momentos que simularam dificuldades atitudinais e arquitetônicas enfrentadas pelas pessoas que possuem alguma deficiência ou necessidades educacionais, ainda os participantes puderam conhecer e manusear jogos didáticos adaptados. As oficinas abordaram técnicas e maneiras corretas para conduzir uma cadeira de rodas, para orientar uma pessoa cega, comunicar com uma pessoa surda, estratégias a serem utilizadas que facilitem a aprendizagem de uma pessoa com Déficit de Atenção e pessoas com Dislexia.

Neste período o projeto atendeu alunos dos cursos de pedagogia e letras/libras da Faculdade Sul Brasil (Fasul), acadêmicos do curso de química/licenciatura (Unioeste), alunos do curso de formação docente do Colégio Estadual Castelo Branco e professores do Ensino Médio da Escola Estadual Jardim Porto Alegre, totalizando aproximadamente 378 pessoas participantes.

O projeto de extensão “Ciclo de Oficinas” realizado de agosto a outubro de 2015 realizou 3 oficinas com duração de 3 horas, envolvendo aproximadamente 52 pessoas, entre estudantes da rede básica de ensino, estudantes de licenciatura da Unioeste, bem como, professores, comunidade interna e externa.

De setembro/2015 a junho/2017 o projeto de extensão “Jogos Didáticos adaptados” retornou as atividades realizando 6 oficinas para Escola Municipal Ecológica Professor Ari Arcássio Gossler (2015), 2 oficinas para as turmas de



formação de professores da Escola Estadual Castelo Branco (2015), 1 oficina para a Escola Bilingue Apada (2016) e 1 oficina para o curso de pedagogia da Fundação Assis Gurgacz – FAG totalizando 283 participantes.

Os resultados de 2013 a 2017 estão sistematizados no quadro abaixo:

Projeto/ nº de oficinas	Período/ ano	Nº de participantes
Jogos didáticos Adaptados (piloto): Uma porta aberta para a educação inclusiva 6 oficinas	Junho a setembro 2013	32 participantes acadêmicos do curso de Pedagogia (Fasul)
Sentindo na Pele 12 oficinas	Julho a outubro 2014 e Maio/2016	378 acadêmicos, professores da rede estadual e privada.
Ciclo de oficinas: Educação Inclusiva – Múltiplos olhares 3 oficinas	Agosto/2015 a Outubro/ 2015	15 (curso de química licenciatura – Unioeste), 18 alunos curso de formação para professores/PREMEM, 19 pessoas da comunidade externa
Jogos didáticos Adaptados: Uma porta Aberta para Inclusão 10 oficinas	Setembro/2015 a junho 2017	283 participantes
Total		
3 projetos de extensão 31 oficinas	4 anos	Aproximadamente 745 pessoas envolvidas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do trabalho realizado percebe-se que os projetos têm permitido aos participantes de cada oficina um momento de reflexão acerca da Educação Especial, garantindo o acesso e a permanência dos alunos em sala de aula é confirmar o direito ao ensino e de qualidade.

Os temas que abordaram os conceitos de barreiras arquitetônicas e atitudinais são indispensáveis para que as pessoas exerçam o direito de ir e vir. Assim, objetivou-se a disseminação de conhecimentos e informações referentes às especificidades das áreas da Educação Especial, sensibilizando a comunidade acadêmica e externa para que estes entendam as necessidades das pessoas com



deficiência tais como deficiência física, surdez, deficiência visual, visão reduzida, mobilidade reduzida, deficiência intelectual e deficiências múltiplas, de modo a proporcionar a acessibilidade nos diferentes ambientes da instituição.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva - Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB**. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacao-original-1-pl.html>. Acesso em 13 de outubro de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 13 de outubro de 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. LDB: **Lei das Diretrizes e Bases da Educação nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf> Acesso em 13 de outubro de 2017.

_____. Lei Nº 10.098, de 23 de março de 1994. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida**. Brasília, DF, 19 dez. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf> Acesso em 13 de outubro de 2017

CEPE. RESOLUÇÃO Nº 323/97-. **Aprova Regulamento do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais – PEE**. Disponível em: http://www5.unioeste.br/portal/arquivos/proex/pee/319_2005_cepe.pdf. Acesso em 13 de outubro de 2017.

NOGUEIRA, Nildo R. **Pedagogia de projetos. Uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências**. 3º ed. São Paulo: Érica, 2002.



ROMUALDO, Cláudio. O currículo a partir da pedagogia de projetos. In: CARVALHO, Marlene Fagundes. **Educação Escolar: Identidade e diversidade.** Florianópolis: Insular, 2003.